Xerox das Leis Ordinárias 1999

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (19) 820-1625
TELEFAX. (19) 820-1487

REGISTRO DE LEIS ORDINÁRIAS- 1999

DATA	LEI N.º	ASSUNTO
24/02/99	297/99	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL OU A DENOMI-ÇÃO QUE VIER SUCEDER-LHE OBJETIVANDO A MUNICIPALIZAÇÃO DA GESTÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA.
23/03/99	298/99	AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O POSTO DO INSS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
23/03/99	299/99	AUTORIZA O EXECUTIVO A ISENTAR DO PAGAMENTO DA TARIFA DE ÁGUA AS RESIDÊNCIAS PREJUDICADAS NO ABASTECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
16/04/99	300/99	DISPÕE SOBRE A DELIMITAÇÃO DE ZONA DE EXPANÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
23/04/99	301/99	AUTORIZA O EXECUTIVO A CUSTEAR OS SERVIÇOS DE LIMPEZA E TERRAPLANAGEM DOS TERRENOS ONDE SERÃO INSTALADAS AS EMPRESAS INCONTEC AMÉRICA DO SUL LTDA TECNOLOGIA EM SEMENTE SUPERMERCADO P. BONETTO E FILHOS LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
03/05/99	302/99	DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
10/05/99	303/99	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
10/05/99	304/99	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DE SENVOLVIMENTO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
09/06/99	305/99	DISCIPLINA A IMPLANTAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POSTOS DE SERVIÇOS E ABASTECIMENTOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
18/06/99	306/99	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2.000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
18/06/99	307/99	DISPÕE SOBRE INSTITUIÇÃO DA SEMANA DO MEIO AMBIENTE.
28/06/99	308/99	INSTRODUZ A LEITURA DE JORNAIS E REVISTAS COMO ATIVIDADE CURRICULAR NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º GRAU, DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE HOLAMBRA.
26/07/99	310/99	ESTABELECE NORMAS PARA COBRANÇA EXTRAJUDICAL DOS DÉBITOS FISCAIS EM ATRADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (19) 820-1625
TELEFAX. (19) 820-1487

26/07/9	311/99	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRAIR FINANCIAMENTO E OFERECER GARANTIAS JUNTO A UNIÀO ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
20/08/99	312/99	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PARTICIPAR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA E SISTEMA DE TRATAMENTO INTEGRADO E REGIONAL DE RESIDUOS DOMÉSTICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
03/11/99	313/99	INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.
19/11/99	314/99	ESTABELECE ATRIBUIÇÃO E COMPETÊNCIA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIO DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃOFEDERAL, A LEI ORGÃNICA DE SAÚDE N.º 8.080/80, A LEI N.º8.142/90 E A LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º791/96.
29/11/99	315/99	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO-COMTUR, REVOGA A LEI N.º237 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1,996 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
29/11/99	316/99	AUTORIZA O EXECUTIVO A CONTRIBUIR AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA E CAPIVARI, EM CONFORMIDADE COM A LEI 059 E 23/08/93 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
14/12/99	317/99	AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR CESTAS DE NATAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
20/12/99	318/99	INSTITUI A "SEMANA DO IDOSO"" NO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA.
27/12/99	319/99	INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE EMPREGO,NO ÂMBITO DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 297 DE 24 DE FEVEREIRO DE 1999.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL OU A DENOMINAÇÃO QUE VIER SUCEDER-LHE, OBJETIVANDO A MUNICIPALIZAÇÀO DA GESTÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu **ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, ou a denominação que vier a sucedê-la, tendo por objeto a ação compartilhada visando a transferência de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social, cuja finalidade é a descentralização da gestão das ações e serviços de assistência social do Município.

Artigo 2° - No processo de parceria para prestação de serviços assistenciais, objeto do convênio, o Município assumirá integralmente, no respectivo prazo de vigência do mesmo, a gestão dos serviços para executar, com a cooperação técnica, administrativa e financeira do Estado, de forma direta ou mútua colaboração com as entidades e organizações de assistência social situadas no Município.

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Mauricio de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 298 DE 23 DE MARÇO DE 1999

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O POSTO DO INSS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a celebrar contrato de locação de um imóvel para o fim específico de instalação e funcionamento do Posto do INSS do Município.

Parágrafo Primeiro - Para a locação do imóvel, fica o executivo autorizado a custear as despesas com aluguel no valor de até R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, que poderá ser corrigido anualmente pelo IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado - ou outro indexador que vier à substituí-lo.

Parágrafo Segundo - O contrato autorizado por este artigo vigorará pelo prazo de um e a sua prorrogação dependerá de convênio prévio a ser celebrado enter o Município de Holambra e o I.N.S.S.

Artigo 2º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel e as despesas com a manutenção do Posto do INSS serão suportados pelo Executivo.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de recursos consignados no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al. Mauricio de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 298 DE 23 DE MARÇO DE 1999

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O POSTO DO INSS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a celebrar contrato de locação de um imóvel para o fim específico de instalação e funcionamento do Posto do INSS do Município.

Parágrafo Primeiro - Para a locação do imóvel, fica o executivo autorizado a custear as despesas com aluguel no valor de até R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, que poderá ser corrigido anualmente pelo IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado - ou outro indexador que vier à substituí-lo.

Parágrafo Segundo - O contrato autorizado por este artigo vigorará pelo prazo de um e a sua prorrogação dependerá de convênio prévio a ser celebrado enter o Município de Holambra e o I.N.S.S.

Artigo 2º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel e as despesas com a manutenção do Posto do INSS serão suportados pelo Executivo.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de recursos consignados no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagindo a data de 01 de janeiro de 1.999.

Artigo 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 23 de Março de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

LEI N° 299 DE 23 DE MARÇO DE 1999.

AUTORIZA O EXECUTIVO A ISENTAR DO PAGAMENTO DA TARIFA DE ÁGUA AS RESIDÊNCIAS PREJUDICADAS NO ABASTECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo autorizado a isentar do pagamento da tarifa de água as residências localizadas nos bairros Jardim Holanda, Morada das Flores, Jardim Flamboyant, Parque dos Ipês, Parque Residencial Groot e Jardim das Tulipas, prejudicadas no abastecimento.

Artigo 2° - A isenção de que trata o artigo anterior aplica-se às contas dos meses de fevereiro e março do ano em exercício, com vencimento nos dias 10 de março e 10 de abril de 1.999, respectivamente.

Artigo 3° - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias do orçamento anual, suplementadas se necessário.

Artigo 4° - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação com seus efeitos retroagindo à data de 10 de março de 1.999.

Artigo 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 23 de Março de 1999.

ANTONIO MARIANO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLÉA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al. Mauricio de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 299 DE 23 DE MARÇO DE 1999.

AUTORIZA O EXECUTIVO A ISENTAR DO PAGAMENTO DA TARIFA DE ÁGUA AS RESIDÊNCIAS PREJUDICADAS NO ABASTECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a isentar do pagamento da tarifa de água as residências localizadas nos bairros Jardim Holanda, Morada das Flores, Jardim Flamboyant, Parque dos Ipês, Parque Residencial Groot e Jardim das Tulipas, prejudicadas no abastecimento.

Artigo 2º - A isenção de que trata o artigo anterior aplica-se às contas dos meses de fevereiro e março do ano em exercício, com vencimento nos dias 10 de março e 10 de abril de 1.999, respectivamente.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias do orçamento anual, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação com seus efeitos retroagindo à data de 10 de março de 1.999.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 23 de Março de 1999.

ANTONIO MARIANO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLÉA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al. Mauricio de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 300 DE 16 DE ABRIL DE 1.999.

DISPÕE SOBRE A DELIMITAÇÃO DE ZONA DE EXPANÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - A Zona de Expansão Urbana do Município de Holambra estabelecida pela Lei n.° 1.604/85 de Artur Nogueira, ainda antes do desdobramento do território, e ampliada pelas Leis Municipais n.°s 026/93, 095/94, 201/95 e 290/98, passa a vigorar com acréscimo de ampliação de 19.731,47 m² (dezenove mil setecentos e trinta e um metros quadrados, e quarenta e sete décimos), cuja área a ser acrescida descreve-se como GLEBA C, remanescente do desmembramento do lote nº 9 da Quadra C, Fazenda Ribeirão, tendo inicio no marco 01 cravado na confluência das linhas divisórias do D.E.R, Gleba D e com a Estrada de Servidão com largura de 10,00 metros de confrontação com Wilhelmus H. M. Eltink. Segue a divisa a partir deste ponto pela lateral da Estrada de Servidão em linha reta pelo rumo de 74 50 51 NW e distância de 306,87 metros até o marco 03. Neste ponto a divisa deflete á direita e segue em linha reta confrontando com terras de Edmundo M. Van Vliet pelo rumo de 15 07 18 NE e distância de 128,60 metros até o marco 02. Neste ponto a divisa deflete á esquerda segue em linha reta confrontando agora com o D.E.R. Gleba D pelo rumo de 52 06 53 SE e distância de 332,79 metros até o marco 01, quando atinge o ponto inicial desta descrição, encerrando-se, assim, um polígono com área de 19.731,47 metros quadrados.

Parágrafo Único – A área descrita neste artigo somente poderá ser utilizada para implantação de indústrias.

Artigo 2° - Ficam submetidos às restrições urbanísticas e as normas contidas do Código de Obras do Município de Jaguariúna, Lei n.° 707 de 02.07.95, adotado pelo Município de Holambra, nos termos da Lei Complementar nº 651/90, até que legislação própria encontre-se aprovada, bem como o Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.° 014 de 30.12.93, e posteriores alterações as áreas descritas e caracterizadas no artigo 1° da presente Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL

Artigo 3º - As plantas "Ampliação do Perímetro Urbano" e "Perímetro Urbano Legal", referentes ao Anexo I e Anexo II, fazem parte integrante desta Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 16 de Abril de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

PROTOCOLO
N.o de Ordem 1867/99
Fls. No 62 Livro No 009
Data 16 / 04 / 99
SECRETÁRIA

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al. Mauricio de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI N.º 301 DE 23 DE ABRIL DE 1.999.

AUTORIZA O EXECUTIVO A CUSTEAR OS SERVIÇOS DE LIMPEZA E TERRAPLANAGEM DOS TERRENOS ONDE SERÃO INSTALADAS AS EMPRESAS INCOTEC AMÉRICA DO SUL LTDA TECNOLOGIA EM SEMENTES E SUPERMERCADO P. BONETTO E FILHOS LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas decorrentes da construção da via de acesso à área de instalação da empresa INCOTEC AMERICA DO SUL LTDA TECNOLOGIA EM SEMENTES e com a limpeza do terreno em referência, caracterizado como Gleba C remanescente do Lote 09 da Quadra C - Fazenda Ribeirão, totalizando uma área de 19.731,47 m^2, afim de que seja iniciado o trabalho de terraplanagem.

Artigo 2º - Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas decorrentes do serviço de terraplanagem no terreno onde se instalará o Supermercado P. BONETTO E FILHOS LTDA, caracterizado como Lote 3-3 desmembrado do remanescente do quinhão n.º 03 da Seção E - Fazenda Ribeirão, totalizando uma área de 10.004,75 m^2.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Artigo 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 23 de Abril de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

LEI Nº 300 DE 16 DE ABRIL DE 1.999.

DISPÕE SOBRE A DELIMITAÇÃO DE ZONA DE EXPANÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - A Zona de Expansão Urbana do Município de Holambra estabelecida pela Lei n.° 1.604/85 de Artur Nogueira, ainda antes do desdobramento do território, e ampliada pelas Leis Municipais n.°s 026/93, 095/94, 201/95 e 290/98, passa a vigorar com acréscimo de ampliação de 19.731,47 m² (dezenove mil setecentos e trinta e um metros quadrados, e quarenta e sete décimos), cuja área a ser acrescida descreve-se como GLEBA C, remanescente do desmembramento do lote nº 9 da Quadra C, Fazenda Ribeirão, tendo inicio no marco 01 cravado na confluência das linhas divisórias do D.E.R, Gleba D e com a Estrada de Servidão com largura de 10,00 metros de confrontação com Wilhelmus H. M. Eltink. Segue a divisa a partir deste ponto pela lateral da Estrada de Servidão em linha reta pelo rumo de 74 50 51 NW e distância de 306,87 metros até o marco 03. Neste ponto a divisa deflete á direita e segue em linha reta confrontando com terras de Edmundo M. Van Vliet pelo rumo de 15 07 18 NE e distância de 128,60 metros até o marco 02. Neste ponto a divisa deflete á esquerda segue em linha reta confrontando agora com o D.E.R. Gleba D pelo rumo de 52 06 53 SE e distância de 332,79 metros até o marco 01, quando atinge o ponto inicial desta descrição, encerrando-se, assim, um polígono com área de 19.731,47 metros quadrados.

Parágrafo Único – A área descrita neste artigo somente poderá ser utilizada para implantação de indústrias.

Artigo 2° - Ficam submetidos às restrições urbanísticas e as normas contidas do Código de Obras do Município de Jaguariúna, Lei n.° 707 de 02.07.95, adotado pelo Município de Holambra, nos termos da Lei Complementar nº 651/90, até que legislação própria encontre-se aprovada, bem como o Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.° 014 de 30.12.93, e posteriores alterações as áreas descritas e caracterizadas no artigo 1° da presente Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL

Artigo 3º - As plantas "Ampliação do Perímetro Urbano" e "Perímetro Urbano Legal", referentes ao Anexo I e Anexo II, fazem parte integrante desta Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 16 de Abril de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

PROTOCOLO
No de Ordem 1867/99
Fls. No 62 Livro No 009
Data 16 / 04 / 99
SECRETÁRIA

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

"Cidade das Flores"

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 302 DE 03 DE MAIO DE 1.999.

DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística Holambra aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - O Perímetro Urbano do Município da Estância Turística de Holambra estabelecido pelas Leis n.° 1.604/85 de Artur Nogueira, e 998/91 de Jaguariúna, ainda antes do desdobramento do território, e ampliada pelas Leis Municipais n.° 026/93, 095/94, 201/95, 290/98 e 300/99, passa a vigorar com acréscimo de ampliação de 125.422,19 m² (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e vinte e dois metros quadrados, e dezenove décimos), cuja área a ser acrescida inicia-se no marco 6 cravado na margem da faixa de segurança da SP-107-DER e na confluência de três linhas divisórias a saber: lote 3-A da Seção E ocupado por Wilhelmus Gerardus Stapelbroek, lote 5 da Seção E de propriedade de P. M. Th. Nijssen, e o sistema de lazer do loteamento denominado Residencial Palm Park ocupado pelo Município da Estância Turística de Holambra; daí segue confrontando com o sistema de lazer do loteamento Residencial Palm Park, com o rumo e distância de 87° 00' 12" SE e 265,00 m até o marco XDIX2 também cravado na confluência de três linhas divisórias a saber: lote 3-A da Seção E de propriedade de Wilhelmus Gerardus Stapelbroek, o sistema de lazer do loteamento denominado Residencial Palm Park ocupado pelo Município da Estância Turística de Holambra, e o lote 4 da seção E ocupado por Nicolaas Joseph de Wit, daí segue com rumo e distância de 80° 07'12" SE e 289,00 m até o marco XDIX 4a cravado junto ao córrego da Água Comprida, daí segue córrego abaixo percorrendo uma distância de 368,00 m até encontrar o ponto 2 cravado junto a esse córrego e a margem de segurança da rodovia SP-107-DR, daí segue confrontando com a margem de segurança da rodovia e o lote 4 da Seção E ocupado por Nicolaas Joseph de Wit com rumo e distância de 44° 02' 15" SE e 284,16 m até encontrar o marco 8 cravado na confluência de três linhas divisórias a saber: lote 4 da Seção E ocupado por Nicolaas Joseph de Wit, faixa de segurança da SP-107-DER, e o lote 3-4 da Seção E remanescente do desmembramento do lote nº 3 da Quadra E, Fazenda Ribeirão, ocupado por Cornelis Johannes Mandonks; daí segue confrontando com a faixa de segurança da SP-107-DER, e o lote 3-4 da Seção E ocupado por Cornelis Johannes Mandonks, com rumo e distância de 48° 26' 50" NW e 98,00 m, até o marco 7 cravado na confluência de três linhas divisórias a saber: lote 3-4 da Seção E ocupado por Cornelis Johannes Mandonks, margem da faixa de segurança da SP-107-DER, e o lote 3-A da Seção E ocupado por Wilhelmus Gerardus Stapelbroek; daí segue confrontando com este ultimo e a faixa de segurança da SP-107-DER, com rumo e distância de 48 ° 26' 50" NW e 228,00 m até encontrar o marco 6, quando atinge o ponto inicial desta descrição, encerrando-se, assim, um polígono com área de 125.422,19 metros quadrados.

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 303 DE 10 DE MAIO DE 1999.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, Antônio Marino Brandão de Almeida, Prefeito do Município de Holambra, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Segurança, órgão consultivo, ligado ao Gabinete do Prefeito, com o objetivo de colaborar no equacionamento e solução de problemas relacionados com a segurança da população.

Artigo 2º - São atribuições deste Conselho:

I- propor a política de segurança do município;

II- fazer reivindicações e propor soluções aos órgão de segurança;

III- emitir parecer sobre projetos atinentes à segurança pública, no âmbito municipal;

IV- planejar a ação comunitária de segurança e avaliar seus resultados;

V- desenvolver campanhas educativas, visando orientar a população sobre condições e formas de segurança;

VI- trabalhar junto à população e aos poderes constituídos para combater causas que gerem a criminalidade e a violência em geral.

Artigo 3º - Este Conselho será formado pelos seguintes representantes da comunidade local:

I- um Delegado da Polícia Civil;

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al. Mauricio de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 303 DE 10 DE MAIO DE 1999.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, Antônio Marino Brandão de Almeida, Prefeito do Município de Holambra, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Segurança, órgão consultivo, ligado ao Gabinete do Prefeito, com o objetivo de colaborar no equacionamento e solução de problemas relacionados com a segurança da população.

Artigo 2º - São atribuições deste Conselho:

I- propor a política de segurança do município;

II- fazer reivindicações e propor soluções aos órgão de segurança;

III- emitir parecer sobre projetos atinentes à segurança pública, no âmbito municipal;

IV- planejar a ação comunitária de segurança e avaliar seus resultados;

V- desenvolver campanhas educativas, visando orientar a população sobre condições e formas de segurança;

VI- trabalhar junto à população e aos poderes constituídos para combater causas que gerem a criminalidade e a violência em geral.

Artigo 3º - Este Conselho será formado pelos seguintes representantes da comunidade local:

I- um Delegado da Polícia Civil;

Conselho Agente Administrativo

II- o representante do agrupamento da Polícia Militar;

III- o Comandante da Guarda Municipal;

IV- um representante da APM das Escolas Municipais;

V- um representante de cada Entidade Social legalmente constituída;

VI- dois representantes do Poder Executivo, sendo um do Departamento de Educação e um do Departamento de Turismo;

VII- um representante de cada Associação de Moradores de Bairros, legalmente constituída;

VIII- um representante da Associação Comercial Industrial e Agrícola de Holambra.

IX- um membro do Conselho Tutelar do Município;

Parágrafo único - Para cada membro haverá a indicação de um suplente.

Artigo 4° - O Prefeito baixará uma portaria nomeando os membros deste Conselho, indicados por suas respectivas entidades ou órgãos, até trinta dias após a entrada em vigor desta Lei.

§ 1° - Os membros deste Conselho não serão remunerados, sendo seus trabalhos considerados de relevante serviço público.

§ 2° - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Segurança, será de dois anos, facultada a recondução.

Artigo 5° - Este Conselho poderá participar de outros conselhos de caráter regional, estadual ou de interesse da comunidade.

Artigo 6° - Dentro de sessenta dias da publicação ou afixação da portaria de nomeação dos membros deste Conselho, este apresentará seu regimento Interno para homologação pelo Prefeito e publicação ou afixação.

Artigo 7° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8° - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal N° 073 de 17 de Setembro de 1993.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 10 de Maio de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

LEI Nº 303 DE 10 DE MAIO DE 1999.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, Antônio Marino Brandão de Almeida, Prefeito do Município de Holambra, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Segurança, órgão consultivo, ligado ao Gabinete do Prefeito, com o objetivo de colaborar no equacionamento e solução de problemas relacionados com a segurança da população.

Artigo 2º - São atribuições deste Conselho:

I- propor a política de segurança do município;

II- fazer reivindicações e propor soluções aos órgão de segurança;

III- emitir parecer sobre projetos atinentes à segurança pública, no âmbito municipal;

IV- planejar a ação comunitária de segurança e avaliar seus resultados;

V- desenvolver campanhas educativas, visando orientar a população sobre condições e formas de segurança;

VI- trabalhar junto à população e aos poderes constituídos para combater causas que gerem a criminalidade e a violência em geral.

Artigo 3º - Este Conselho será formado pelos seguintes representantes da comunidade local:

I- um Delegado da Polícia Civil;

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

Artigo 7° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8° - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal N° 073 de 17 de Setembro de 1993.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 10 de Maio de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

LEI Nº 304 DE 10 DE MAIO DE 1999.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou e eu, Antônio Marino Brandão de Almeida, Prefeito do Município de Holambra, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta Lei cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, órgão consultivo, ligado ao Departamento de Planejamento Municipal, conforme o artigo 132, parágrafo único, da vigente Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra.

Artigo 2º - São atribuições deste Conselho:

I – Cooperar no estabelecimento da política de desenvolvimento urbano;

II – Fazer propostas para elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), sobre o uso e ocupação do solo, zoneamento, transporte, alocação de equipamentos urbanos;

III – Opinar na revisão do PDDI, a cada cinco anos;

IV – Opinar sobre qualquer assunto do PDDI ou de outras Leis relativas ao desenvolvimento urbano, quando solicitado por Vereador, pelo Prefeito ou por quaisquer de seus membros;

V – Promover ou solicitar junto ao Departamento de Planejamento, estudos e pesquisas sobre assuntos tratados no PDDI ou em Leis correlatas;

VI – Colaborar na implantação, coordenação, execução e fiscalização dos programas do PDDI;

VII – Colaborar nos estudos e pesquisas relativas ao desenvolvimento urbano e na sua divulgação

VIII – Participar dos programas de habitação popular e da formulação da política habitacional;

IX – Fazer propostas quanto as obras e ações relativas a saneamento;

Parágrafo Único – O Conselho terá o prazo de 30 (trinta) dias para dar cumprimento às atribuições referidas neste artigo, a partir da data do recebimento da proposta.

Artigo 3º - Este Conselho será formado por 1 representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

I – Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra através dos seus Departamentos de: Planejamento, Obras, Jurídico, Turismo e Promoção Social;
II – Cooperativa Agro-Pecuária de Holambra;
III – Associação dos Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos de Holambra;
IV – Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Holambra;
V – Associação dos Produtores de Holambra;
VI – Centro Social Holandês;
VII – Rotary Club de Holambra;
VIII – Conselhos Municipais constituídos;
IX – Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Mogi Mirim;

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al. Mauricio de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322

C G C 67.172.437/0001-83

LEI N.º 305 DE 09 DE JUNHO DE 1999

DISCIPLINA A IMPLANTAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POSTOS DE SERVIÇOS E ABASTECIMENTOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, Antonio Marino Brandão de Almeida, Prefeito do Município de Holambra, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Os postos de serviços e abastecimento somente poderão ser construídos em terrenos com área mínima de 3.000 m2 (tres mil metros quadrados), tendo um mínimo de 50 (cinquenta) metros de testada para a via pública, ficando facultado em sua área o desempenho de outras atividades comerciais e de prestação de serviços.

§ 1º - Constituem postos de serviços e abastecimentos as instalações destinadas à lavagem, lubrificação, troca de óleo, polimento, abastecimento de combustível, borracharias e congêneres.

§ 2º - Os postos destinados somente à lavagem de veículos por processos automáticos poderão ser construídos em terrenos de área igual a 500 m2.

§ 3º - O terreno deverá comportar, tanto para os postos de serviços, como para os de abastecimento, a inscrição de um círculo de 20,00m de diâmetro, e tangente aos dois alinhamentos.

§ 4º - As instalações para postos de serviços e abastecimentos deverão ser construídas guardando recuos laterais e de fundos de 3,00m das divisas do terreno, e 4,00m como recuo do alinhamento da rua.

Artigo 2º - Não será permitida a construção dos referidos postos:

I – Numa distância mínima de 500 (quinhentos) metros de asilos, creches, hospitais, escolas, quartéis, e templos religiosos;

II – a uma distancia inferior a 600 (seiscentos) metros de outro estabelecimento congênere.

III- em vias públicas residenciais;

IV- em vias públicas cujas caixas sejam inferiores a 14(quatorze) metros.

Artigo 3º - A área do posto, equivalente às bombas de abastecimento deverá ser obrigatoriamente pavimentada em concreto, obedecendo a um raio mínimo de 5 (cinco) metros ao redor de cada bomba, a área do posto não edificada e páteos poderá ser pavimentada preferencialmente em blocos intertravados, asfalto ou material equivalente e drenado de maneira a impedir o escoamento das águas de lavagem para a via pública.

Artigo 4º - Em toda a frente do lote não utilizado para acessos, será construída uma mureta baixa, de maneira a defender os passeios do tráfego de veículos.

LEI N.º 305 DE 09 DE JUNHO DE 1999

DISCIPLINA A IMPLANTAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POSTOS DE SERVIÇOS E ABASTECIMENTOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, Antonio Marino Brandão de Almeida, Prefeito do Município de Holambra, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Os postos de serviços e abastecimento somente poderão ser construídos em terrenos com área mínima de 3.000 m2 (tres mil metros quadrados), tendo um mínimo de 50 (cinquenta) metros de testada para a via pública, ficando facultado em sua área o desempenho de outras atividades comerciais e de prestação de serviços.

§ 1° - Constituem postos de serviços e abastecimentos as instalações destinadas à lavagem, lubrificação, troca de óleo, polimento, abastecimento de combustível, borracharias e congêneres.

§ 2° - Os postos destinados somente à lavagem de veículos por processos automáticos poderão ser construídos em terrenos de área igual a 500 m2.

§ 3° - O terreno deverá comportar, tanto para os postos de serviços, como para os de abastecimento, a inscrição de um círculo de 20,00m de diâmetro, e tangente aos dois alinhamentos.

§ 4° - As instalações para postos de serviços e abastecimentos deverão ser construídas guardando recuos laterais e de fundos de 3,00m das divisas do terreno, e 4,00m como recuo do alinhamento da rua.

Artigo 2° - Não será permitida a construção dos referidos postos:

I – Numa distância mínima de 500 (quinhentos) metros de asilos, creches, hospitais, escolas, quartéis, e templos religiosos;

II – a uma distancia inferior a 600 (seiscentos) metros de outro estabelecimento congênere.

III- em vias públicas residenciais;

IV- em vias públicas cujas caixas sejam inferiores a 14(quatorze) metros.

Artigo 3° - A área do posto, equivalente às bombas de abastecimento deverá ser obrigatoriamente pavimentada em concreto, obedecendo a um raio mínimo de 5 (cinco) metros ao redor de cada bomba, a área do posto não edificada e páteos poderá ser pavimentada preferencialmente em blocos intertravados, asfalto ou material equivalente e drenado de maneira a impedir o escoamento das águas de lavagem para a via pública.

Artigo 4° - Em toda a frente do lote não utilizado para acessos, será construída uma mureta baixa, de maneira a defender os passeios do tráfego de veículos.

§ 1° - Será obrigatória a existência de dois vãos de acesso, no mínimo, cuja largura não poderá ser inferior a 7,00m.

§ 2° - No caso de terreno de esquina, não poderão ser rebaixadas as guias no trecho correspondente à curva de concordância entre os alinhamentos correspondentes, desde que o raio da curva de concordância seja igual ou inferior a 9,00m.

Artigo 5° - Os pisos, cobertos ou descobertos, terão as declividades suficientes para o escoamento das águas e não excedentes a 3% (três por cento).

Artigo 6° - Os aparelhos abastecedores e as instalações de serviços, entre as quais, valetas para lubrificação ou troca de óleo, ficarão distantes, no mínimo, 5,00m do alinhamento da rua, e em toda a extensão da frente do lote, sem prejuízo dos recuos legais.

Artigo 7° - Os postos que mantiverem serviços de lavagem e lubrificação de veículos deverão ter vestiário, dotado de chuveiros, para uso dos seus empregados.

Artigo 8° - Será obrigatória a existência de 2 (dois) compartimentos sanitários, sendo um para uso dos empregados e outro para o público em geral.

Parágrafo Único – Os postos marginais às estradas de rodagem deverão dispor de compartimentos sanitários para uso do público e separadamente para cada sexo.

Artigo 9° - A lavagem, limpeza ou lubrificação dos veículos deverá ser feita em compartimentos fechados, de maneira a evitar a dispersão de poeira, água ou substâncias oleosas.

Artigo 10 - Os compartimentos destinados a lavagem deverão obedecer aos requisitos seguintes:

I – o pé direito mínimo será de 4,50m;

II – as paredes serão revestidas, até a altura mínima de 2,50m, de material impermeável, liso e resistente a freqüentes lavagens;

III – as paredes externas não possuirão aberturas livres para o exterior;

IV – os boxes destinados à lavagem de veículos, por processos automáticos ou não, deverão estar recuados pelo menos 8,00m do alinhamento da rua, e, de 3,00m das divisas laterais do terreno.

Parágrafo Único – A altura livre interna dos boxes destinados a processos automáticos a ser empregado, devendo, entretanto, ser justificada na apresentação do projeto para exame desta Prefeitura.

Artigo 11 - Os despejos das garagens, oficinas, postos de serviço e de abastecimento de veículos, nos quais seja feita lavagem ou lubrificação deverão passar por instalação retentora de areia e graxa, aprovada pelo órgão competente.

Parágrafo único – Os depósitos de combustível obedecerão às normas dos órgãos de controle, CETESB, para depósitos de inflamáveis , no que lhes for aplicável.

AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

LEI Nº 306 DE 18 DE JUNHO DE 1999.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2.000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Em conformidade com o Artigo 165, parágrafo 2°, da Constituição Federal e artigo 124, parágrafo 2°, da Lei Orgânica do Município, esta Lei fixa as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2.000.

Artigo 2° - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2.000, abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus órgãos e entidades da administração direta, assim como a execução orçamentária obedecerá as diretrizes aqui estabelecidas.

Artigo 3° - O projeto de Lei Orçamentária anual será elaborado em observância às diretrizes fixadas nesta lei e as demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5°, 6°, e 8°, do artigo 165, da Constituição Federal e a Lei Federal 4.320/64.

Parágrafo 1° - O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas. Na estimativa das receitas deverão ser consideradas as modificações da Legislação Tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

I – A utilização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II – As taxas de política administrativa e de serviços públicos, deverão remunerar a atividade municipal equilibrar as respectivas despesas. Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas , serão corrigidos monetariamente, segundo a variação da Unidade Fiscal de Referência (UFIR).

Parágrafo 2° - O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento), de sua receita resultante de impostos, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, sendo que desse montante 15% (quinze por cento) aplicar-se –à no Ensino Fundamental e 10% (dez por cento) restante na Educação Infantil.

Parágrafo 3° - A previsão para a operação de créditos constará da proposta orçamentária somente quando estiver autorizada pelo Legislativo , através da Lei específica.

Artigo 4° - A proposta orçamentária para 2.000, conterá as metas e prioridades da Administração Municipal, estabelecidas no Anexo I, do Plano Plurianual.

Artigo 5° - O Poder Legislativo encaminhará sua proposta orçamentária para 2.000, observadas as determinações contidas nesta Lei, até o dia 15 de Setembro de 1999.

Parágrafo Único – O repasse mensal ao Legislativo, a que se refere o artigo 168 da Constituição Federal, submeter-se-a ao princípio da programação financeira de desembolso, aludido nos artigos 47 a 50 da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 6° - Os valores da receita e despesa serão orçados com base na arrecadação de 1999, considerando-se as alterações na legislação tributária, a expansão ou diminuição dos serviços públicos e taxa inflacionaria.

Artigo 7° - Os pedidos de créditos adicionais por excesso de arrecadação, deverão ser instruídos por documentos produzidos pela Contabilidade, que comprovem a ocorrência superavitária ou sua tendência, no exercício.

Artigo 8° - A Proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo, obedecerá as seguintes diretrizes:

I – As obras em execução, terão prioridades sobre novos projetos, não podendo ser paralisados sem autorização Legislativa;

II – As despesas com pagamento da dívida pública, salários e encargos sociais, terão prioridades sobre as ações de expansão dos serviços Públicos;

III – Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso.

Artigo 9° - A concessão de auxílios e subvenções dependerá de autorização legislativa através de Lei específica.

Artigo 10 – As admissões de pessoal, a qualquer título, no exercício de 2.000, ficam limitadas a funções e cargos vagos.

Artigo 11 – Excetuam-se dos limites constantes do artigo 10, desta Lei, a criação de cargos e as admissões para atender as metas de expansão e melhoria da qualidade dos serviços públicos priorizadas no Anexo I, do Plano Plurianual.

Artigo 12 – As despesas de pessoal ativo e inativo da Administração direta, não poderão exceder os limites de 60% (sessenta por cento), previstos na Lei Complementar n° 082/95, de 27 de março de 1995.

Parágrafo 1° - Entende-se como receitas, para efeitos de limite do presente artigo, a somatória das receitas correntes da Administração direta.

Parágrafo 2° - O limite estabelecido para as despesas de que se trata o "caput" deste artigo, abrange os gastos da Administração direta nas seguintes despesas:

- Salários
- Obrigações Patronais
- Proventos de Aposentadorias e Pensões
- Remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito
- Remuneração dos Vereadores

Artigo 13 – As prioridades estabelecidas no Anexo I, do Plano Plurianual, poderão ser ajustadas, na proposta orçamentária , desde que plenamente justificadas na mensagem de encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento Anual.

Artigo 14 - Poderão ser realizados outros programas não comtemplados no Anexo I, do Plano Plurianual, desde que sejam custeados com recursos advindos de convênios, com outras esferas de governo.

Artigo 15 - O Prefeito enviará até o dia 30/09/1999, o Projeto de Lei do Orçamento Anual, à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para a sanção.

Artigo 16 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 17 – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 18 de Junho de 1999

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

CLÉA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe Expediente e Secretaria

LEI Nº 306 DE 18 DE JUNHO DE 1999.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2.000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Em conformidade com o Artigo 165, parágrafo 2°, da Constituição Federal e artigo 124, parágrafo 2°, da Lei Orgânica do Município, esta Lei fixa as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2.000.

Artigo 2° - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2.000, abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus órgãos e entidades da administração direta, assim como a execução orçamentária obedecerá as diretrizes aqui estabelecidas.

Artigo 3° - O projeto de Lei Orçamentária anual será elaborado em observância às diretrizes fixadas nesta lei e as demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5°, 6°, e 8°, do artigo 165, da Constituição Federal e a Lei Federal 4.320/64.

Parágrafo 1° - O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas. Na estimativa das receitas deverão ser consideradas as modificações da Legislação Tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

I – A utilização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II – As taxas de política administrativa e de serviços públicos, deverão remunerar a atividade municipal equilibrar as respectivas despesas. Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas , serão corrigidos monetariamente, segundo a variação da Unidade Fiscal de Referência (UFIR).

Parágrafo 2° - O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento), de sua receita resultante de impostos, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, sendo que desse montante 15% (quinze por cento) aplicar-se –à no Ensino Fundamental e 10% (dez por cento) restante na Educação Infantil.

Parágrafo 3° - A previsão para a operação de créditos constará da proposta orçamentária somente quando estiver autorizada pelo Legislativo , através da Lei específica.

Artigo 4° - A proposta orçamentária para 2.000, conterá as metas e prioridades da Administração Municipal, estabelecidas no Anexo I, do Plano Plurianual.

Artigo 5° - O Poder Legislativo encaminhará sua proposta orçamentária para 2.000, observadas as determinações contidas nesta Lei, até o dia 15 de Setembro de 1999.

Parágrafo Único – O repasse mensal ao Legislativo, a que se refere o artigo 168 da Constituição Federal, submeter-se-a ao princípio da programação financeira de desembolso, aludido nos artigos 47 a 50 da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 6° - Os valores da receita e despesa serão orçados com base na arrecadação de 1999, considerando-se as alterações na legislação tributária, a expansão ou diminuição dos serviços públicos e taxa inflacionaria.

Artigo 7° - Os pedidos de créditos adicionais por excesso de arrecadação, deverão ser instruídos por documentos produzidos pela Contabilidade, que comprovem a ocorrência superavitária ou sua tendência, no exercício.

Artigo 8° - A Proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo, obedecerá as seguintes diretrizes:

I – As obras em execução, terão prioridades sobre novos projetos, não podendo ser paralisados sem autorização Legislativa;

II – As despesas com pagamento da dívida pública, salários e encargos sociais, terão prioridades sobre as ações de expansão dos serviços Públicos;

III – Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso.

Artigo 9° - A concessão de auxílios e subvenções dependerá de autorização legislativa através de Lei específica.

Artigo 10 – As admissões de pessoal, a qualquer título, no exercício de 2.000, ficam limitadas a funções e cargos vagos.

Artigo 11 – Excetuam-se dos limites constantes do artigo 10, desta Lei, a criação de cargos e as admissões para atender as metas de expansão e melhoria da qualidade dos serviços públicos priorizadas no Anexo I, do Plano Plurianual.

Artigo 12 – As despesas de pessoal ativo e inativo da Administração direta, não poderão exceder os limites de 60% (sessenta por cento), previstos na Lei Complementar n° 082/95, de 27 de março de 1995.

Parágrafo 1° - Entende-se como receitas, para efeitos de limite do presente artigo, a somatória das receitas correntes da Administração direta.

Parágrafo 2° - O limite estabelecido para as despesas de que se trata o "caput" deste artigo, abrange os gastos da Administração direta nas seguintes despesas:

- Salários
- Obrigações Patronais
- Proventos de Aposentadorias e Pensões
- Remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito
- Remuneração dos Vereadores

Artigo 13 – As prioridades estabelecidas no Anexo I, do Plano Plurianual, poderão ser ajustadas, na proposta orçamentária , desde que plenamente justificadas na mensagem de encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento Anual.

Artigo 14 - Poderão ser realizados outros programas não comtemplados no Anexo I, do Plano Plurianual, desde que sejam custeados com recursos advindos de convênios, com outras esferas de governo.

Artigo 15 - O Prefeito enviará até o dia 30/09/1999, o Projeto de Lei do Orçamento Anual, à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para a sanção.

Artigo 16 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 17 – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 18 de Junho de 1999

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

CLÉA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Mauricio de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 307 DE 18 DE JUNHO DE 1999.

DISPÕE SOBRE INSTITUIÇÃO DA SEMANA DO MEIO AMBIENTE.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituída a "Semana do Meio Ambiente" a ser comemorada, anualmente na semana em que cair o dia 5 de junho.

Artigo 2º - Durante a "Semana do Meio Ambiente", o Município de Holambra promoverá eventos comemorativos, em todas as formas cabíveis.

Parágrafo único - Os eventos deverão contar com a participação da comunidade, principalmente dos escolares; e de órgãos e organismos públicos e privados, envolvidos com a preservação do Meio Ambiente.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 18 de junho de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

LEI Nº 308 DE 28 DE JUNHO DE 1999.

INTRODUZ A LEITURA DE JORNAIS E REVISTAS COMO ATIVIDADE CURRICULAR NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º GRAU, DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° Fica incluída a leitura de jornais e revistas como atividade curricular no ensino fundamental do 1° grau das escolas municipais de Holambra.

Parágrafo Único – A inclusão referida no "caput" será realizada de acordo com os procedimentos estabelecidos pelas Legislações Federal e Estadual e ficará condicionado à disponibilidade de carga horária, sem prejuízo de suas atividades curriculares normais.

Artigo 2°- O Poder Executivo disporá do prazo de 60(sessenta) dias para a regulamentação da presente Lei, a contar da data da publicação desta Lei.

Artigo 3° - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 4° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Junho de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

LEI N.° 309 DE 26 DE JULHO DE 1999.

AUTORIZA O EXECUTIVO A CUSTEAR OS SERVIÇOS DE LIMPEZA E TERRAPLANAGEM DOS TERRENOS ONDE SERÁ INSTALADA A SEDE DA APFPOHR - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS DE HOLAMBRA E REGIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra, aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas decorrentes do serviço de terraplanagem no terreno onde se instalará a sede da APFPOHR - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS DE HOLAMBRA E REGIÃO, localizado na rua Rota dos Imigrantes, s/n.°, totalizando uma área de 13.900 m^2 (treze mil e novecentos metros quadrados) com movimentação total de terra de 27.025 m^3 (vinte e sete mil e vinte e cinco metros cúbicos) dentro de uma área de terras constituída de 20.000 m^2 (vinte mil metros quadrados) Matrícula 12.884 do C.R.I. da Comarca de Pedreira, SP., remanescente da gleba de terras designada Gleba B, desmembrada da Gleba 2.3, que assim se descreve: Inicia no marco A cravado as margens direita do prolongamento da Rua Rota dos Imigrantes no sentido centro de Holambra para a Rodovia SP 340, na divisa da propriedade com uma área onde se encontra estabelecida a serralheria do Sr. Mussato, daí segue em direção no sentido sul acompanhando uma cerca de arame numa distância aproximada de 180 metros até encontrar um

córrego onde está cravado o marco B, daí segue no sentido oeste margeando o córrego numa distância aproximada de 130 metros até encontrar o marco C, daí segue em linha reta na direção norte fazendo divisa com terras remanescentes numa distância aproximada de 145 metros onde está cravado o marco D, daí segue em linha reta na direção leste numa distância aproximada de 80 metros até encontrar o marco E, daí segue novamente em linha reta no sentido norte numa distância aproximada de 50 metros até encontrar uma cerca de arame as margens do prolongamento da Rua Rota dos Imigrantes onde se encontra o marco F, daí segue no sentido leste acompanhando a cerca e margeando o prolongamento da já citada rua numa dist6ancia de 50 metros até encontrar o marco A que foi o início da descrição.

Artigo 3° - As despesas decorrentes da presente lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Artigo 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de Julho de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

LEI Nº 310 DE 26 DE JULHO DE 1999.

ESTABELECE NORMAS PARA A COBRANÇA EXTRAJUDICIAL DOS DÉBITOS FISCAIS EM ATRASO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, Antônio Marino Brandão de Almeida, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Poder Executivo, por intermédio do Departamento Financeiro, autorizado a emitir boletos de cobrança bancária em nome dos contribuintes que se encontram em débito com o Município.

Parágrafo único - O disposto no caput deste artigo aplica-se aos débitos inscritos em dívida ativa, constituídos até 31 de dezembro de 1.998, que se encontram em fase de cobrança administrativa.

Artigo 2° - A cobrança do débito fiscal se dará por iniciativa do Poder Executivo, na forma do artigo primeiro desta lei, onde o contribuinte será notificado para efetuar o pagamento a vista, sendo-lhe facultado ingressar com o pedido de parcelamento do débito.

§ 1° - Para os pedidos de parcelamento do débito o saldo devedor parcelado em reais, será representado em unidades equivalentes de UFIR, obedecido o seguinte critério:

I - até 50 (cinqüenta) UFIRs à vista;

II- de 51 (cinqüenta e um) a 150 (cento e cinqüenta) UFIRs em até 02 (duas) parcelas;

III- de 151 (cento e cinqüenta e um) a 300 (trezentos) UFIRs em até 04 (quatro) parcelas;

IV- de 301 (trezentos e um) a 600 (seiscentos) UFIRs em até 06 (seis) parcelas;

V- de 601 (seiscentos e um) a 1.000 (um mil) UFIRs em até 08 (oito) parcelas;

Artigo 7° - O Poder Executivo deverá baixar os atos regulamentares que se fizerem necessários a implementação desta lei.

Artigo 8° - As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária própria consignada no orçamento vigente, podendo ser suplementada se necessário.

Artigo 9° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 10° - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal N° 269 de 04 de setembro de 1997.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de Julho de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Av. Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825-000 - Holambra - SP - Tel. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C. 67.[illegible]/0001-83

LEI Nº 311 DE 26 DE JULHO DE 1999.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRAIR FINANCIAMENTO E OFERECER GARANTIAS JUNTO A UNIÃO ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, Antônio Marino Brandão de Almeida, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a contrair e garantir financiamento junto à União, através da Caixa Econômica Federal, até o valor de R$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), obedecidas as demais prescrições legais à contratação de operações da espécie.

Parágrafo Único - Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo são provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Municípios Brasileiros (PNAFM).

Artigo 2° - Para garantia do principal e encargos do financiamento, fica o Poder Executivo autorizado a prestar contragarantia ao Tesouro Nacional em caráter irrevogável e irretratável, a título pro solvendo, os créditos provenientes das receitas a que se referem os artigos 156, 158 e 159, inciso I, alínea "b", e § 3°, da Constituição Federal.

Parágrafo Único. O procedimento autorizado no "caput" deste artigo somente poderá ser adotado na hipótese de inadimplemento, no vencimento, das obrigações pactuadas pelo Poder Executivo, ficando a Caixa Econômica Federal autorizada a requerer, em nome da União, a transferência dos referidos recursos para quitação do débito.

Artigo 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito serão consignados como receita no Orçamento do Município.

Artigo 4º - O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da contrapartida financeira do município do Projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de Julho de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

LEI Nº 312 DE 20 DE SETEMBRO DE 1999.

Autoriza o Poder Executivo a participar do consórcio intermunicipal para implantação da política e sistema de tratamento integrado e regional de resíduos domésticos e dá outras providências.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, Antonio Marino Brandão de Almeida, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a participar do Consórcio intermunicipal para implantação da política e sistema de tratamento integrado e regional de resíduos sólidos domésticos, juntamente com os municípios de Jaguariúna, Santo Antonio de Posse, e outros que vierem a aderir.

§ 1º - O consórcio a que alude este artigo futuramente assumirá a forma de sociedade civil, que será regida por Estatuto estabelecido por Lei aprovada necessariamente nos municípios envolvidos.

§ 2º - A proposta de Estatuto da sociedade civil será elaborada pelo Grupo Gestor referido no artigo 2º, a ser apresentado no prazo de trinta dias, a contar da nomeação.

§ 3º - As regras para outros municípios que vierem a aderir ao Consórcio serão definidas no Estatuto de que trata o parágrafo anterior.

§ 4º - Caso não ocorra aprovação em alguns dos municípios envolvidos este estará automaticamente excluído do Consórcio.

§ 5º - O Estatuto que alude o parágrafo 1º deste artigo deverá necessariamente anteceder os estudos

§ 2° - Quando do procedimento licitatório para a contratação dos serviços referidos no parágrafo primeiro, do Edital deverá constar que os participantes levarão em conta as áreas consideradas razoáveis pelos estudos geoambientais para planejamento territorial feitos pelo Instituto Geológico do Estado de São Paulo, em 1.995.

Artigo 5° - Definida a área na qual será implantada a central de recebimento e reciclagem de resíduos sólidos domésticos, a participação de cada município envolvido na instalação, operação e manutenção da central será proporcional a respectiva tonelagem de resíduos produzidos.

§ 1° - Após implantada, a central referida no "caput" deste artigo, deverá ser submetida à avaliação anual, por técnicos da CETESB.

§ 2° - O município, no qual estiver implantada a central, terá redução de 20% (vinte por cento) no custo total da prestação dos serviços.

§ 3° - Toda a receita será convertida em benefício do sistema.

Artigo 6° - Fica o Executivo autorizado a abrir crédito especial, no valor de R$ 10.000,00, para fazer face às despesas decorrentes da execução da presente Lei.

Parágrafo único - O valor do crédito referido neste artigo será coberto com recursos consignados no orçamento vigente sob o código 8.4-10603251.054.

Artigo 7° - Anualmente, nos orçamentos futuros serão consignadas dotações próprias para atender as finalidades desta Lei.

Artigo 8° - Ao Município participante que se retirar do Consórcio será aplicada multa igual a três vezes o valor da implantação do sistema.

Parágrafo único - A retirada referida no "caput" deste artigo, deverá ser comunicada oficialmente com 2(dois) anos de antecedência.

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 313 DE 03 DE NOVEMBRO DE 1999

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Conservação de Estradas Rurais da Estância Turística de Holambra objetivando:

I- manter as estradas em perfeitas condições de uso, de forma a garantir aos produtores rurais o transporte seguro dos insumos e safras agrícolas;

II- controlar a erosão do solo agrícola.

Artigo 2º - Para consecução do Programa ora instituído caberá ao Município.

I- zelar pelo sistema de drenagem das estradas visando a:

a) proteger a pista de rolamento, impedindo que as águas pluviais corram diretamente sobre ela, mediante a manutenção de um abaulamento transversal de no mínimo 3% (três por cento);

b) diminuir a quantidade de água conduzida através da estrada, por meio de saídas laterais, passagens abertas e bueiros com espaçamento adequado, de forma a conduzir tecnicamente a água para fora do leito de estrada.

II- zelar pela observância, nas estradas municipais, das normas técnicas atinentes a pista de rolamento, acostamento, faixa da estrada e distância de visibilidade;

Artigo 5° - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60(sessenta) dias a contar de sua publicação.

Artigo 6° - Fica autorizado o Poder Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, para execução do Programa "Melhor Caminho", nos termos do Decreto Estadual n° 41.721 de 17 de abril de 1997.

Artigo 7° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 03 de Novembro de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

técnicos para escolha do local mais adequado, mencionado no artigo 4° da presente Lei.

Artigo 2° - Para acompanhar e supervisionar os trabalhos do consórcio será constituído um Grupo Gestor, que terá a seguinte composição:

I - um representante do Poder Executivo de cada município;

II - um representante do Poder Legislativo de cada município;

III - três representantes indicados pelas entidades da sociedade civil legalmente constituídas de cada município;

IV - um representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari;

§1° - Para cada representante será indicado um suplente.

§2° - Os integrantes do Grupo Gestor serão nomeados por ato conjunto dos Prefeitos dos municípios consorciados.

Artigo 3° - O município integrante do Consórcio, sob a orientação do Grupo Gestor, deverá criar e implantar um programa de Educação Ambiental, especialmente para coleta seletiva.

Artigo 4° - No caso de os estudos técnicos demonstrarem que o local mais adequado para a implantação do sistema de tratamento e disposição final de resíduos sólidos domésticos esteja no município de Holambra, este receberá os resíduos dos demais municípios envolvidos no consórcio.

§ 1° - A escolha do local mais apropriado dentre os municípios envolvidos será condicionada aos prévios estudos de impacto ambiental (EIA-RIMA) elaborados por empresa qualificada e sem vínculo com qualquer dos participantes.

Artigo 9° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 09 de Setembro de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 314 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1999.

ESTABELECE ATRIBUIÇÃO E COMPETÊNCIA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A LEI ORGÂNICA DE SAÚDE Nº 8.080/80, A LEI Nº 8.142/90 E A LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 791/96.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a criar o Serviço de Vigilância Sanitária subordinado diretamente ao Departamento Municipal de Saúde e a tomar as medidas concernentes à municipalização das ações básicas de vigilância sanitária.

Artigo 2º - As ações do Serviço de Vigilância Sanitária serão definidas por Decreto do Executivo, a ser expedido de acordo com as diretrizes emanadas da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e do Ministério da Saúde, assim como as atribuições inerentes às autoridades sanitárias citadas no artigo 4º desta Lei.

Parágrafo Único - A Administração Municipal manterá estruturas física e de recursos humanos adequadas à execução das ações de vigilância sanitária no Município.

Artigo 3º - O Código Sanitário Estadual e toda Legislação Sanitária Federal e Estadual e as demais leis que se referem a Proteção da Saúde, do Meio Ambiente e da Saúde do Trabalhador, serão adotadas como instrumentos legais às ações municipais de vigilância sanitária.

Parágrafo Único - Cabe ao Município criar outras legislações de acordo com sua realidade, em caráter complementar ou suplementar as legislações vigentes, sempre que for necessário.

LEI N.º 315 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1999.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR, REVOGA A LEI N.º 237 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.996 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, junto ao Departamento de Turismo Esporte e Cultura do Município da Estância Turística de Holambra.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, tem por objetivo opinar, sugerir, indicar e propor medidas que tenham por finalidade o desenvolvimento da atividade turística no Município da Estância Turística de Holambra.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Turismo é órgão consultivo e de assessoramento do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Turismo será integrado pelos seguintes membros indicados pelos órgãos e entidades abaixo arroladas e nomeados pelo Prefeito Municipal:

I- o Diretor Municipal de Turismo, Esporte e Cultura;

II- um representante da rede hoteleira, pousadas e similares locais;

III- um representante da rede de restaurantes, bares, lanchonetes e similares locais;

IV- um representante da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Holambra;

V- um representante da Cooperativa Agropecuária Holambra;

VI- um representante da rede de agências de viagens e guias turísticos;

VII- um representante dos proprietários de atrativos turísticos do município;

VIII- um representante das associações de amigos de bairro;

IX- um representante do Clube Fazenda Ribeirão;

X- um representante do Conselho Municipal de Segurança do município;

XI- um representante do Conselho Municipal de Educação;

XII- um representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano;

XIII- um representante da Expoflora;

XIV- um representante do Turismo Rural;

XV- um representante das Associações Culturais e/ou Históricas;

XVI- um representante de Produtos Típicos.

§ 1º - A escolha dos membros do Conselho recairá em pessoas ligadas a área de Turismo do Município.

§ 2º - Cada membro do Conselho terá um suplente, indicado pelo titular, que o substituirá em seus impedimentos.

§ 3º - No caso de vacância, o suplente completará o restante do mandato faltante.

§ 4º- O mandato dos membros do Conselho será gratuito, sendo as funções consideradas como prestação de serviço público relevante ao Município da Estância Turística de Holambra.

§ 5º - O mandato dos membros do Conselho, exceto o do seu Presidente, será de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 5º - O Conselho contará com um Presidente, um Vice-presidente, um Secretário Executivo, um Tesoureiro e um 2º Tesoureiro, cujas atribuições serão fixadas no Regimento Interno.

Parágrafo Único – O Presidente, o Vice-presidente, o Secretário Executivo, o Tesoureiro e o 1º Tesoureiro serão eleitos entre os membros do Conselho, por voto de pelo menos 2/3 (dois terços) dos titulares.

Art. 6º - O Conselho Municipal de Turismo reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente, ou, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou de 1/3(um terço) de seus membros.

Art. 7º - Ao Conselho Municipal de Turismo cabe:

I – opinar, nos processos ou projetos que lhe forem submetidos, sobre os planos de desenvolvimento de turismo, elaborada pelo Diretor Municipal de Turismo Esporte e Cultura;

II – sugerir medidas ou atos regulamentares referentes à exploração de serviços turísticos no Município;

III – indicar, quando solicitado, representantes para integrarem delegações do Município a congressos, convenções, reuniões ou novos acontecimentos que ofereçam interesse à política municipal de turismo;

IV – organizar e executar amplos debates sobre os assuntos de interesse turístico para o Município ou região;

V – diagnosticar e manter atualizado o cadastro de informações de interesse turístico e orientar sua melhor divulgação;

VI – propor formas de captação de recursos para o desenvolvimento do turismo no Município;

VII – colaborar na elaboração do calendário turístico do Município;

VIII – elaborar o seu regimento interno;

IX – formar grupos de trabalho para atividades específicas;

X – opinar em todos os assuntos relacionados a turismo que lhe forem submetidos pelo Diretor Municipal de Turismo, Esporte e Cultura;

XI – promover a integração do Município ao Plano Nacional de Municipalização do Turismo da EMBRATUR;

XII – opinar, quando solicitado, sobre a celebração de convênios com outros Municípios, Estados ou União ou sugeri-los quando for o caso;

XIII – manter intercâmbio com as diversas entidades de turismo, sejam públicas ou privadas;

XIV – monitorar o crescimento do turismo no Município, propondo medidas que atendam à sua capacidade turística;

XV – desenvolver programas e projetos de interesse turístico visando incrementar o fluxo de turistas ao Município;

XVI – propor diretrizes de implementação do turismo através de um trabalho coordenado entre os órgãos municipais e as entidades privadas;

XVII – elaborar, planejar e gerir o Plano Municipal de Turismo, atendendo às diretrizes básicas fixadas na Política Municipal de Turismo.

Art. 8º - Fica criado o Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, que será gerido pelo Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal e sob orientação e controle do Conselho Municipal de Turismo do Município da Estância Turística de Holambra.

Art. 9º - O Fundo Municipal de Turismo tem por objetivo a captação e repasse de recursos para o Plano Municipal de Turismo.

Art. 10 – Constituirão receitas do Fundo Municipal de Turismo:

I – os preços de cessão de espaços públicos para eventos de cunho turístico;

II – a venda de publicações turísticas editadas pelo Poder Público;

III – a participação na renda de filmes e vídeos de propaganda turística do Município;

IV – créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados;

V – doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais;

VI – contribuições de qualquer natureza, sejam públicas ou privadas;

VII – recursos de convênios que sejam celebrados;

VIII – os rendimentos provenientes da aplicação financeira de recursos disponíveis;

IX – outras rendas eventuais.

X – o percentual repassado pela Secretaria de Turismo do Estado para a Estância Turística de Holambra.

§ 1º - O orçamento do Departamento de Turismo Esporte e Cultura deverá prever recursos anuais para o Fundo Municipal de Turismo.

§ 2º - Os recursos do Fundo Municipal de Turismo serão utilizados:

a) no financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de turismo desenvolvidos pelo Departamento de Turismo Esporte e Cultura;

b) na aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas, projetos e serviços de turismo;

c) na construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para a prestação de serviços de turismo;

d) no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de turismo;

e) no desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de turismo.

f) no embelezamento do município, formando parques, jardins e áreas de lazer.

§ 3º - Os recursos do Fundo Municipal de Turismo serão depositados em instituição financeira oficial, em conta especial, sob a denominação de Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR.

§ 4º - No encerramento de cada exercício financeiro, o Diretor Financeiro prestará contas ao Departamento de Turismo Esporte e Cultura do Município, dos valores recebidos e despendidos para o desenvolvimento do turismo municipal.

Art. 11 – O Regimento Interno, previsto no art. 8º, inciso VIII, será aprovado por Decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da publicação desta Lei.

Art. 12 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 – Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n.º 237 de 30 de dezembro de 1.996.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 29 de Novembro de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI N.° 316 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1.999.

AUTORIZA O EXECUTIVO A CONTRIBUIR AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA E CAPIVARI, EM CONFORMIDADE COM A LEI 059 DE 23/08/93 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o repasse da contribuição de participação em Programa de Trabalho Específico, ou de Investimento, ao Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari, conforme disposto no parágrafo 2° do Artigo 26 do Estatuto do Consórcio.

Parágrafo 1° - A contribuição acima citada será efetuada a partir da promulgação desta Lei.

Parágrafo 2° - A contribuição referida neste artigo seja efetuada também pela concessionário informal de parte do serviço de abastecimento de água deste Município.

Artigo 2° - A contribuição de participação em programa de trabalho específico, ou de investimento, está vinculada à aplicação em ações, projetos e obras ambientais regionais que beneficiem o município, limitado ao valor de R$ 0,01/m^3 (um centavo de real por metro cúbico) de água consumida em cada economia.

Parágrafo único - O valor citado no "caput" deste artigo não poderá ser alterado, salvo pela correção da inflação, por período não inferior a um ano.

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 317 DE 14 DE DEZEMBRO DE 1.999.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR CESTAS DE NATAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir cestas de natal para fornecê-las aos servidores públicos municipais, por ocasião das festividades natalinas.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 3º -Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 14 de Dezembro de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLÉA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 318 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.

INSTITUI A "SEMANA DO IDOSO" NO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído a **"SEMANA DO IDOSO"** a ser realizado no Município da Estância Turística de Holambra, na semana em que cair o dia 27 de setembro de cada ano, em comemoração do dia do Idoso.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no calendário de eventos do Município, a **"SEMANA DO IDOSO"**, bem como promover a sua divulgação, realizando palestras, seminários, cursos, campanhas e qualquer tipo de evento cultural, esportivo e recreativo.

Parágrafo Único – A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra poderá contar com a colaboração de entidades, na programação da **"SEMANA DO IDOSO".**

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias do orçamento anual.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 14 de Dezembro de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Autoria: Mesa Diretora da Câmara Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 318 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.

INSTITUI A "SEMANA DO IDOSO" NO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído a **"SEMANA DO IDOSO"** a ser realizado no Município da Estância Turística de Holambra, na semana em que cair o dia 27 de setembro de cada ano, em comemoração do dia do Idoso.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no calendário de eventos do Município, a **"SEMANA DO IDOSO"**, bem como promover a sua divulgação, realizando palestras, seminários, cursos, campanhas e qualquer tipo de evento cultural, esportivo e recreativo.

Parágrafo Único – A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra poderá contar com a colaboração de entidades, na programação da **"SEMANA DO IDOSO".**

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias do orçamento anual.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 14 de Dezembro de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Autoria: Mesa Diretora da Câmara Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI N.º 319 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1999.

INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE EMPREGO, NO ÂMBITO DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica instituída a Comissão Municipal de Emprego, nos termos da Resolução n.º080 de 19 de abril de 1995, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador-CODEFAT, do Ministério do Trabalho e Decreto Estadual n.º40.322, de setembro de 1995, com a finalidade de consubstanciar a participação da sociedade organizada na administração de um Sistema Público de Emprego, no Município de Holambra.

Parágrafo Único- A Comissão Municipal de Emprego é órgão colegiado, de caráter permanente e deliberativo, vinculado à Comissão Estadual de Emprego, instituída pelo Decreto n.º40.322/95.

Artigo 2º- Compete à Comissão:

I- aprovar seu Regimento Interno, observados os critérios da Resolução n.º80 do CODEFAT, de 19 de abril de 1995;

II- propor aos órgãos do Sistema Nacional de Emprego SINE, com base em relatórios técnicos, medidas efetivas que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e do desemprego estrutural sobre o mercado de trabalho;

III- articular-se com instituições públicas e privadas, inclusive acadêmicas e de pesquisa, com vistas à obtenção de subsídios para o aprimoramento e orientação de suas ações, da atuação dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Emprego – SINE, como também das ações relativas aos Programas de Geração de Emprego e Renda;

IV- articular-se com instituições e organizações, envolvidas no Programa de Geração e Emprego e Renda, visando a integração de suas ações.

V- promover o intercâmbio de informações com outras comissões municipais de emprego, objetivando, não apenas a integração do Sistema, mas também a obtenção de dados orientadores de suas ações;

VI- formular diretrizes especificas sobre a atuação do Sistema Nacional de Emprego – SINE, em consonância com a aquelas defendidas pelo MTb/ CODEFAT;

VII- propor a locação de recursos, por área de atuação, quando da elaboração do Plano de Trabalho pelo Sistema Nacional de Emprego- SINE no âmbito correspondente;

VIII- proceder ao acompanhamento da utilização dos recursos alocados mediante convênios, ao Sistema Nacional de Emprego – SINE e ao Programa de Geração de Emprego e Renda no que se refere ao cumprimento dos critérios, de natureza técnica, definidos pelo MTb/CODEFAT e Comissão Estadual de Emprego;

IX- participar da elaboração do Plano de Trabalho do Sistema Nacional de Emprego- SINE no âmbito de sua competência para que seja submetido a aprovação da Comissão Estadual de Emprego;

X- acompanhar a execução do Plano de Trabalho do Sistema de Emprego- SINE e do Programa de Geração de Emprego e Renda;

XI- propor a Coordenação Estadual do Sistema Nacional de Emprego –SINE, a reformulação das atividades e metas estabelecidas no Plano de Trabalho quando necessário;

XII- propor medidas para o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Emprego-SINE do programa e Geração do Emprego e Renda;

XIII- Examinar em primeira instância, o relatório de atividades, apresentado pelo Sistema Nacional de Emprego – SINE;

XIV- criar Grupo de Apoio Permanente (GAP), com composição tripartite e paritária em igual número de representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, o qual poderá, a seu critério, constituir subgrupos temáticos, temporários ou permanentes, de acordo com as necessidades específicas;

XV- subsidiar, quando solicitada, as deliberações do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT e da Comissão Estadual de Emprego;

XVI- encaminhar, após avaliação, às diversas instituições financeiras, projetos para obtenção de apoio creditício;

XVII- receber e analisar, sob os aspectos quantitativos, os relatórios de acompanhamento dos projetos financeiros com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT;

XVIII- elaborar relatórios sobre a análise procedida encaminhando-os a Comissão Estadual de Emprego;

XIX- acompanhar de forma contínua, os projetos em andamento nas respectivas áreas de atuação;

XX- articular-se com entidades de formação profissional em geral, inclusive as escolas técnicas, sindicatos de pequenas e micro empresas e demais entidades representativas de empregados e empregadores, na busca de parceria na qualificação e assistência técnica aos beneficiários de financiamento, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador –FAT e nas demais ações que se fizerem necessárias;

XXI- indicar as áreas e setores prioritários para alocação de recursos no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda;

§1°- A Comissão na sua área de competência, caberá o papel de acompanhar a utilização dos recursos financeiros administrados pelo Sistema Nacional de Emprego – SINE e no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda.

§2°- O número de integrantes do Grupo de Apoio Permanente-GAP, a que se refere o inciso XIV, em nenhuma hipótese poderá ser superior à quantidade de representantes na Comissão Municipal.

Artigo 3°- A Comissão Municipal de Emprego será constituída de forma tripartite e paritária contando com a representação em igual número, do poder público, de trabalhadores e de empregadores, da seguinte forma:

I- três representantes indicados pelo poder público, sendo:
a) um titular e um suplente da Secretaria do Emprego e Relação do Trabalho;
b) um titular e um suplente da Prefeitura Municipal;
c) um titular e um suplente da Câmara Municipal.

II- três titulares e três suplentes, representantes dos trabalhadores, indicados pelas entidades representativas da classe;

III- três titulares e três suplentes, representantes dos empregadores, indicados pelas entidades representativas da classe.

§1°- Os representantes titulares e suplentes dos trabalhadores e empregadores serão indicados pelas respectivas entidades representativas, de comum acordo com a Comissão Estadual.

§2°- Nos termos dispostos no "caput" deste artigo a composição da Comissão Municipal será formalizada por ato do Prefeito Municipal que enviará a Comissão Estadual cópia do ato de sua instituição e do Regimento Interno, publicados na imprensa local.

§ 3°- O mandato de cada representante é de 3 (três) anos, permitida uma recondução.

§ 4°- As instituições, inclusive as financeiras, que interagirem com a Comissão poderão participar das reuniões, se convidadas, sendo-lhes facultado manifestarem-se sobre os assuntos abordados sem, entretanto, terem direito a voto.

Artigo 4°- A Comissão Municipal de Emprego será constituída dos seguintes órgãos:

I- Colegiado;
II- Presidência;
III- Secretaria Executiva.

Parágrafo Único- A eleição do Presidente ocorrerá por maioria simples de votos dos integrantes da Comissão.

Artigo 5°- A Presidência da Comissão será em sistema de rodízio, entre as bancadas do poder público, dos trabalhadores e dos empregadores, tendo o mandato do Presidente a duração de 12 (doze) meses e vedada a recondução para o período consecutivo.

Parágrafo Único – A eleição do presidente ocorrerá por maioria simples de votos dos integrantes da Comissão.

Artigo 6°- A Secretaria Executiva da Comissão será exercida pelo órgão responsável pela operacionalização das atividades inerentes ao Sistema Nacional de Emprego no Município, a ela cabendo as realizações técnicas e administrativas.

Artigo 7º- Pela atividade exercida na Comissão, os seus membros, titulares ou suplentes, não receberão qualquer tipo de pagamento, remuneração, vantagens ou benefícios.

Artigo 8º- As reuniões ordinárias da Comissão serão realizadas no mínimo uma vez a cada mês, em dia e hora marcados com antecedência mínima de 7 (sete) dias, sendo precedida da convocação de todos os seus membros.

Artigo 9º- As reuniões extraordinárias poderão ocorrer a qualquer tempo por convocação do Presidente da Comissão ou de 1/3 (um terço) de seus membros.

Artigo 10- As deliberações da Comissão deverão ser tomadas por maioria simples de voto, com "quorum" mínimo de metade mais um de seus membros, cabendo ao Presidente voto de qualidade.

Parágrafo Único – As decisões normativas terão forma de deliberação, numeradas de forma seqüencial e publicados na imprensa local.

Artigo 11- O apoio e o suporte administrativo necessário para a organização, estrutura e funcionamento das comissões, ficarão a cargo da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, por intermédio da Unidade Estadual do Sistema Nacional do Emprego –SINE.

Artigo 12- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 27 de Dezembro de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

LEI N.º 319 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1999.

INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE EMPREGO, NO ÂMBITO DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica instituída a Comissão Municipal de Emprego, nos termos da Resolução n.º080 de 19 de abril de 1995, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador-CODEFAT, do Ministério do Trabalho e Decreto Estadual n.º40.322, de setembro de 1995, com a finalidade de consubstanciar a participação da sociedade organizada na administração de um Sistema Público de Emprego, no Município de Holambra.

Parágrafo Único- A Comissão Municipal de Emprego é órgão colegiado, de caráter permanente e deliberativo, vinculado à Comissão Estadual de Emprego, instituída pelo Decreto n.º40.322/95.

Artigo 2º- Compete à Comissão:

I- aprovar seu Regimento Interno, observados os critérios da Resolução n.º80 do CODEFAT, de 19 de abril de 1995;

II- propor aos órgãos do Sistema Nacional de Emprego SINE, com base em relatórios técnicos, medidas efetivas que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e do desemprego estrutural sobre o mercado de trabalho;

III- articular-se com instituições públicas e privadas, inclusive acadêmicas e de pesquisa, com vistas à obtenção de subsídios para o aprimoramento e orientação de suas ações, da atuação dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Emprego – SINE, como também das ações relativas aos Programas de Geração de Emprego e Renda;

IV- articular-se com instituições e organizações, envolvidas no Programa de Geração e Emprego e Renda, visando a integração de suas ações.

II- três titulares e três suplentes, representantes dos trabalhadores, indicados pelas entidades representativas da classe;

III- três titulares e três suplentes, representantes dos empregadores, indicados pelas entidades representativas da classe.

§1º- Os representantes titulares e suplentes dos trabalhadores e empregadores serão indicados pelas respectivas entidades representativas, de comum acordo com a Comissão Estadual.

§2º- Nos termos dispostos no "caput" deste artigo a composição da Comissão Municipal será formalizada por ato do Prefeito Municipal que enviará a Comissão Estadual cópia do ato de sua instituição e do Regimento Interno, publicados na imprensa local.

§ 3º- O mandato de cada representante é de 3 (três) anos, permitida uma recondução.

§ 4º- As instituições, inclusive as financeiras, que interagirem com a Comissão poderão participar das reuniões, se convidadas, sendo-lhes facultado manifestarem-se sobre os assuntos abordados sem, entretanto, terem direito a voto.

Artigo 4º- A Comissão Municipal de Emprego será constituída dos seguintes órgãos:

I- Colegiado;
II- Presidência;
III- Secretaria Executiva.

Parágrafo Único- A eleição do Presidente ocorrerá por maioria simples de votos dos integrantes da Comissão.

Artigo 5º- A Presidência da Comissão será em sistema de rodízio, entre as bancadas do poder público, dos trabalhadores e dos empregadores, tendo o mandato do Presidente a duração de 12 (doze) meses e vedada a recondução para o período consecutivo.

Parágrafo Único – A eleição do presidente ocorrerá por maioria simples de votos dos integrantes da Comissão.

Artigo 6º- A Secretaria Executiva da Comissão será exercida pelo órgão responsável pela operacionalização das atividades inerentes ao Sistema Nacional de Emprego no Município, a ela cabendo as realizações técnicas e administrativas.

Artigo 7º- Pela atividade exercida na Comissão, os seus membros, titulares ou suplentes, não receberão qualquer tipo de pagamento, remuneração, vantagens ou benefícios.

Artigo 8º- As reuniões ordinárias da Comissão serão realizadas no mínimo uma vez a cada mês, em dia e hora marcados com antecedência mínima de 7 (sete) dias, sendo precedida da convocação de todos os seus membros.

Artigo 9º- As reuniões extraordinárias poderão ocorrer a qualquer tempo por convocação do Presidente da Comissão ou de 1/3 (um terço) de seus membros.

Artigo 10- As deliberações da Comissão deverão ser tomadas por maioria simples de voto, com "quorum" mínimo de metade mais um de seus membros, cabendo ao Presidente voto de qualidade.

Parágrafo Único – As decisões normativas terão forma de deliberação, numeradas de forma seqüencial e publicados na imprensa local.

Artigo 11- O apoio e o suporte administrativo necessário para a organização, estrutura e funcionamento das comissões, ficarão a cargo da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, por intermédio da Unidade Estadual do Sistema Nacional do Emprego –SINE.

Artigo 12- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 27 de Dezembro de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

LEI Nº 320 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1999.

ACRESCE DISPOSITIVOS A LEI MUNICIPAL Nº 212 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1995.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - O § 1º do Artigo 2º passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 2º.....

§ 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS será presidido por membro eleito nos termos do inciso XV do artigo 3º e integrado por 12 (doze) membros, a saber:"

Artigo 2º - Fica acrescido, o § 3º, ao Artigo 2º da Lei Municipal nº 212 de 28 de Dezembro de 1995, com a seguinte redação:

"Artigo 2º - .....

§ 3º - Para cada membro indicado para compor o Conselho Municipal de Assistência Social, deverá também ser indicado um suplente, tanto do Poder Público, como da Sociedade Civil."

Artigo 3º - Fica incluso o inciso XV, ao artigo 3º da Lei Municipal nº 212 de 28 de Dezembro de 1995, com o texto abaixo:

"Artigo 3º - .....

XV – eleger dentre os seus pares o presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, sendo que o mesmo exercerá mandato de 2(dois) anos, admitindo-se a recondução por uma única vez e por igual período.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 27 de Dezembro de 1999

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 320 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1999.

ACRESCE DISPOSITIVOS A LEI MUNICIPAL Nº 212 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1995.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - O § 1º do Artigo 2º passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 2º.....

§ 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS será presidido por membro eleito nos termos do inciso XV do artigo 3º e integrado por 12 (doze) membros, a saber:"

Artigo 2º - Fica acrescido, o § 3º, ao Artigo 2º da Lei Municipal nº 212 de 28 de Dezembro de 1995, com a seguinte redação:

"Artigo 2º - .....

§ 3º - Para cada membro indicado para compor o Conselho Municipal de Assistência Social, deverá também ser indicado um suplente, tanto do Poder Público, como da Sociedade Civil."

Artigo 3º - Fica incluso o inciso XV, ao artigo 3º da Lei Municipal nº 212 de 28 de Dezembro de 1995, com o texto abaixo:

"Artigo 3º - .....

XV – eleger dentre os seus pares o presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, sendo que o mesmo exercerá mandato de 2(dois) anos, admitindo-se a recondução por uma única vez e por igual período.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 27 de Dezembro de 1999

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 321 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1999

ESTABELECE CONDIÇÕES PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS MUNICIPAIS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - A concessão de benefícios tributários para as pessoas físicas ou jurídicas, que objetivam a realização de eventos e bazares beneficentes, só será permitida se os recursos obtidos destinarem-se a entidades legalmente constituídas com sede no Município de Holambra.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 27 de Dezembro de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Autoria: MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA.
Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 321 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1999

ESTABELECE CONDIÇÕES PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS MUNICIPAIS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - A concessão de benefícios tributários para as pessoas físicas ou jurídicas, que objetivam a realização de eventos e bazares beneficentes, só será permitida se os recursos obtidos destinarem-se a entidades legalmente constituídas com sede no Município de Holambra.

Artigo 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 27 de Dezembro de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Autoria: MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA.
Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

LEI Nº 322 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1999

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA PARA O EXERCÍCIO DE 2000.

A Câmara Municipal da Estância Turistica de Holambra, aprovou e eu ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - O Orçamento fiscal do Município da Estância Turística de Holambra, para o Exercício de 2000, Estima a Receita e Fixa a Despesa em R$ 10.800.000,00 (dez milhões e oitocentos mil reais), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Artigo 2° - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

RECEITAS CORRENTES.....	R$	9.756.000,00
Receita Tributária.....	R$	1.440.000,00
Receita Patrimonial.....	R$	20.000,00
Receita Agropecuária.....	R$	5.000,00
Receita Industrial.....	R$	95.000,00
Transferências Correntes.....	R$	7.303.000,00
Outras Receitas Correntes.....	R$	893.000,00
RECEITAS DE CAPITAL.....	R$	1.044.000,00
Alienação de Bens.....	R$	44.000,00
Transferências de Capital.....	R$	1.000.000,00
TOTAL.....	R$	10.800.000,00

Artigo 3° - A despesa da Administração Direta será realizada segundo a discriminação dos quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa",integrantes desta Lei.

1 - POR FUNÇÕES DE GOVERNO

Administração Direta

01 - Legislativa	R$	377.360,00
03 - Administração e Planejamento	R$	1.247.390,00
04 - Agricultura	R$	64.400,00
06 - Defesa Nacional e Segurança Pública	R$	338.000,00
08 - Educação e Cultura	R$	4.031.300,00
10 - Habitação e Urbanismo	R$	1.511.550,00
11 - Indústria,Comércio e Serviços	R$	93.200,00
13 - Saúde e Saneamento	R$	2.088.000,00
15 - Assistência e Previdência	R$	324.500,00
16 - Transporte	R$	724.300,00
TOTAL	R$	10.800.000,00

2 - POR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Administração Direta

Poder Legislativo

01 - Câmara Municipal	R$	377.360,00

Poder Executivo

02 - Gabinete do Prefeito e Dependências	R$	1.474.490,00
03 - Finanças	R$	261.000,00
04 - Educação e Cultura	R$	3.720.100,00
05 - Esporte e Turismo	R$	404.400,00
06 - Saúde e Saneamento	R$	2.088.000,00
07 - Promoção Social	R$	174.400,00
08 - Serviços Municipais	R$	2.300.250,00
TOTAL	R$	10.800.000,00

Artigo 4° - O Poder Executivo fica autorizado a:

a) realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 5% (cinco por cento), da receita estimada, nos termos da legislação em vigor;

b) abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 35% (Trinta e cinco por cento), do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7°, da Lei 4.320/64.

Artigo 5° - Esta Lei entrará em vigor em 1° de janeiro de 2000, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 27 de Dezembro 1999

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe de Expediente e Secretaria

LEI Nº 322 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1999

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA PARA O EXERCÍCIO DE 2000.

A Câmara Municipal da Estância Turistica de Holambra, aprovou e eu ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - O Orçamento fiscal do Município da Estância Turística de Holambra, para o Exercício de 2000, Estima a Receita e Fixa a Despesa em R$ 10.800.000,00 (dez milhões e oitocentos mil reais), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Artigo 2° - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

RECEITAS CORRENTES	R$	9.756.000,00
Receita Tributária	R$	1.440.000,00
Receita Patrimonial	R$	20.000,00
Receita Agropecuária	R$	5.000,00
Receita Industrial	R$	95.000,00
Transferências Correntes	R$	7.303.000,00
Outras Receitas Correntes	R$	893.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	R$	1.044.000,00
Alienação de Bens	R$	44.000,00
Transferências de Capital	R$	1.000.000,00
TOTAL	R$	10.800.000,00

Artigo 3º - A despesa da Administração Direta será realizada segundo a discriminação dos quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta Lei.

1 - POR FUNÇÕES DE GOVERNO

Administração Direta

01 - Legislativa	R$	377.360,00
03 - Administração e Planejamento	R$	1.247.390,00
04 - Agricultura	R$	64.400,00
06 - Defesa Nacional e Segurança Pública	R$	338.000,00
08 - Educação e Cultura	R$	4.031.300,00
10 - Habitação e Urbanismo	R$	1.511.550,00
11 - Indústria,Comércio e Serviços	R$	93.200,00
13 - Saúde e Saneamento	R$	2.088.000,00
15 - Assistência e Previdência	R$	324.500,00
16 - Transporte	R$	724.300,00
TOTAL	R$	10.800.000,00

2 - POR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Administração Direta

Poder Legislativo

01 - Câmara Municipal	R$	377.360,00

Poder Executivo

02 - Gabinete do Prefeito e Dependências	R$	1.474.490,00
03 - Finanças	R$	261.000,00
04 - Educação e Cultura	R$	3.720.100,00
05 - Esporte e Turismo	R$	404.400,00
06 - Saúde e Saneamento	R$	2.088.000,00
07 - Promoção Social	R$	174.400,00
08 - Serviços Municipais	R$	2.300.250,00
TOTAL	R$	10.800.000,00

Artigo 4° - O Poder Executivo fica autorizado a:

a) realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 5% (cinco por cento), da receita estimada, nos termos da legislação em vigor;

b) abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 35% (Trinta e cinco por cento), do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7°, da Lei 4.320/64.

Artigo 5° - Esta Lei entrará em vigor em 1° de janeiro de 2000, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 27 de Dezembro 1999

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 323 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1999

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER ABONO SALARIAL AOS PROFESSORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a distribuir, em forma de abono, aos Professores do Ensino Fundamental do Município, considerada a assiduidade de cada profissional, o resíduo, se houver, do 60% (sessenta por cento) dos recursos destinados à remuneração desses profissionais, na forma do artigo 7º da Lei Federal n.º 9.424 de 24 de dezembro de 1.996.

Parágrafo único – Não fará jus a gratificação de que trata o caput deste artigo o profissional que contar em sua ficha de freqüência mais de 03 (três) faltas nesse ano letivo.

Artigo 2º - O abono de que trata a presente Lei não será incorporado à remuneração dos beneficiados.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta dos Recursos Remanescentes do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental do ano de 1.999.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 29 de Dezembro de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria